



IBAC

Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento  
Especialização em Terapia Analítico-Comportamental Infantil

**O TERAPEUTA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL INFANTIL COMO PROMOTOR  
DO AUTOCONHECIMENTO**

Camila Hernandez de Moura

Brasília,  
Outubro, 2016



IBAC

Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento  
Especialização em Terapia Analítico-Comportamental Infantil

**O TERAPEUTA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL INFANTIL COMO PROMOTOR  
DO AUTOCONHECIMENTO**

Camila Hernandez de Moura

Monografia apresentada ao Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Terapia Analítico-Comportamental Infantil.

Orientadora: Dra. Ana Rita Coutinho Xavier Naves

Brasília,  
Outubro, 2016

***“De todos os conhecimentos possíveis, o  
mais sábio e útil é conhecer a si mesmo”***

*William Shakespeare*

## SUMÁRIO

<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Introdução.... ..</b>	<b>1</b>
<b>Autoconhecimento na Análise do Comportamento .....</b>	<b>2</b>
<b>O desenvolvimento da criança e a TACI .....</b>	<b>7</b>
<b>Autoconhecimento na TACI .....</b>	<b>12</b>
<b>A análise funcional como facilitadora do autoconhecimento na TACI .....</b>	<b>15</b>
<b>Recursos terapêuticos que permitem o autoconhecimento .....</b>	<b>19</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>24</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>25</b>

## RESUMO

A temática conhecimento é interpretada de diversas maneiras, cada qual embasada na concepção que o indivíduo considera a mais plausível para sua noção de homem e mundo. De acordo com o Behaviorismo Radical, conhecer é comportar-se discriminadamente perante os estímulos. Portanto, no que diz respeito à compreensão do fenômeno conhecimento, o intuito passa a ser analisá-lo buscando investigar em que condições ele ocorre e quais variáveis o controlam. A partir dessa temática maior, pesquisadores passaram a se interessar de forma mais específica pelo conhecimento sobre si, isto é, o autoconhecimento. Então, baseando-se na mesma compreensão acerca do conhecimento, conhecer sobre si corresponde a uma discriminação de estímulos, públicos ou privados, gerados pelo próprio indivíduo que se autoconhece. Ao investigar tal temática, tendo como base teórica a análise do comportamento, constatou-se uma escassez de estudos que descrevessem o autoconhecimento no âmbito infantil. Há diferença entre a compreensão sobre o autoconhecimento em indivíduos adultos e crianças? Como analisar as variáveis que controlam o autoconhecimento das crianças? A fim de responder tais indagações, foi realizada uma apreciação sobre o autoconhecimento de modo geral, para posteriormente afunilar a interpretação acerca do autoconhecimento infantil, discutindo, ainda, a atuação da Terapia Analítico Comportamental Infantil – TACI como propiciadora da autodescrição necessária para o autoconhecimento. Foram apresentados instrumentos e estratégias clínicas favoráveis a essa análise. Concluiu-se que a criança que vive as experiências cabíveis à sua condição filogenética, ontogenética e cultural, é um ser passível de aprendizado sobre si mesma, cultivando os mesmos benefícios de busca por reforçadores que possibilitem uma dinâmica mais saudável e rica com o seu meio. A TACI aparece como uma opção que permite a descoberta sobre si e ao conhecer melhor seus comportamentos, isto é, aquilo que faz, pensa e sente, bem como as contingências que controlam essas respostas, supostamente, maior será a capacidade da criança em lidar com eventos adversos. Lembrando, também, da importância da inserção da família nesse processo.

Palavras-chave: Terapia Analítico-Comportamental Infantil, autoconhecimento, recursos lúdicos.

Uma temática que tem instigado a atenção das pessoas desde a antiguidade é o conhecimento. Algumas explicações provenientes do senso comum postulam que o conhecimento é algo que existe dentro do indivíduo e que, portanto, controla suas ações. De modo semelhante, algumas abordagens psicológicas, preservando a ideia do dualismo mente-corpo, atribuem à mente a responsabilidade pelo armazenamento e utilização do conhecimento. Contudo, tais tentativas de explicação do conhecimento como uma produção intrínseca não são compatíveis com a abordagem aqui explorada. A Análise do Comportamento, ciência proposta por Skinner, baseada na filosofia do Behaviorismo Radical, propõe substituir o dualismo e o imaterialismo por uma concepção naturalista, monista, objetivista e selecionista dos eventos comportamentais, seu objeto de estudo. Portanto, no que diz respeito à compreensão do fenômeno conhecimento, o intuito passa a ser analisá-lo buscando investigar em que condições ele ocorre e quais variáveis o controlam. A Análise do Comportamento, então, dispensa esclarecimentos de cunho topográfico, interessando-se por descrições de relações funcionais entre o que um indivíduo faz, quais os antecedentes ambientais do seu comportamento e o que acontece no ambiente como consequência de sua ação (Neno, 2003).

Ademais, alguns pesquisadores se interessam em debater, de forma mais específica, o que um indivíduo pode conhecer a respeito do seu próprio comportamento, isto é, como possibilitar a produção de autoconhecimento. Segundo Marçal (2004), o tema do autoconhecimento gerou inúmeros debates quanto à sua conceituação e ao seu valor empírico, já que envolve aspectos relativos à individualidade do ser humano. No contexto de uma ciência do comportamento, para se analisar o autoconhecimento é necessário discutir sobre eventos privados considerando-os a partir do viés da inacessibilidade pública.

O objetivo desse estudo é analisar o autoconhecimento dentro de uma perspectiva do Behaviorismo Radical de B. F. Skinner, enfocando, contudo, o público infantil. Há diferença entre a compreensão sobre o autoconhecimento em indivíduos adultos e crianças? Como analisar as variáveis que controlam o autoconhecimento das crianças? A fim de responder tais indagações, será feita uma apreciação sobre o autoconhecimento de modo geral, para posteriormente afunilar a interpretação acerca do autoconhecimento infantil. Haverá, ainda, a discussão de como a Terapia Analítico Comportamental Infantil - TACI pode atuar no sentido de favorecer a autodescrição necessária para o autoconhecimento. Serão apresentados instrumentos e estratégias clínicas favoráveis a essa análise.

Segundo Skinner (1953/1998), a aquisição de autoconhecimento faz com que as pessoas adquiriam uma posição de privilégio para atuar sobre si e sobre o mundo que as cerca. Essa afirmação destaca a importância de se abordar tal temática. Sabendo-se que a discussão acerca do autoconhecimento no contexto infantil ainda é significativamente escassa, reitera-se o debate acerca deste público específico.

### **Autoconhecimento na Análise do Comportamento**

A Análise do Comportamento, uma das grandes abordagens da ciência psicológica, tem como filosofia o Behaviorismo Radical. Contudo, anteriormente ao pensamento de B. F. Skinner, fundador dessa filosofia, John B. Watson propôs uma corrente behaviorista com pressupostos diferenciados, o chamado Behaviorismo Metodológico. Uma das diferenças entre os dois Behaviorismos recai sobre a distinção entre público e privado. Torna-se importante, portanto, iniciar a discussão apresentando a distinção entre os dois Behaviorismos, em especial acerca dos esclarecimentos entre os conceitos de público e privado, visto que essa incompreensão é, por

vezes, a razão de críticas e confusões teóricas acerca do Behaviorismo vigente (Moreira & Hanna, 2012).

Tudo se iniciou por volta do final do século 19, quando a psicologia começou a se constituir como ciência independente. Nessa época, passou-se a difundir a ideia de que seu objeto de estudo era a consciência e seu método de investigação a introspecção experimental. Watson (1913) contestou tal situação: para ele, a introspecção era um método falho, já que ao se realizar uma mesma pesquisa com outro indivíduo, os resultados encontrados eram diferentes da pesquisa anterior, não havendo, assim, possibilidade de replicabilidade dos resultados produzidos; além disso, o problema das diferenças entre os resultados obtidos era atribuído aos próprios indivíduos e não ao método ou às condições experimentais realizados. Deste modo, Watson propôs que a Psicologia deveria ser redefinida como o estudo do comportamento, mais especificamente do comportamento publicamente observável, que seria investigado por meio de sua previsão e controle a partir do método experimental, no qual seriam manipuladas características do ambiente, para posteriormente verificar seus efeitos sobre o comportamento dos indivíduos. Assim, Watson buscou realizar seus experimentos também com animais não humanos, já que, para ele, o comportamento do ser humano e o comportamento dos animais estavam em um mesmo plano experimental e os entendia, portanto, como igualmente importantes para a compreensão geral do comportamento.

Nesse sentido, Skinner (1974/1982) afirma que os primeiros behavioristas, incluindo Watson, gastaram muito tempo na definição do objeto de estudo da Psicologia, criticando a introspecção e eliminando-a de sua proposta teórica. Segundo o autor, a ciência de Watson nasceu prematuramente, pois não se dispunha de muitos fatos relativos ao comportamento, em especial ao comportamento humano. Assim, embora muitas concepções apresentadas por Watson



em sua obra sejam ainda atuais, houve reformulações, e a correta compreensão do Behaviorismo passou a ser buscada na obra de Skinner. Em seu modelo, há uma ruptura com a causalidade mecanicista e a iniciação da noção de relações funcionais. Ele propõe que, para se analisar comportamentos, se deve buscar as condições antecedentes e consequentes relacionadas.

Além disso, para o Behaviorismo Radical, a Análise do Comportamento deverá estudar quaisquer comportamentos, sejam eles públicos (eventos observáveis por mais de uma pessoa ao mesmo tempo), ou privados (eventos observados apenas por quem se comporta, como por exemplo, o pensamento, o sentimento, a consciência, dentre outros). Tanto os eventos públicos quanto os privados são comportamentos e, portanto, devem ser explicados como tal, a partir de suas relações com o ambiente, e estudados com o mesmo rigor científico. A diferenciação entre o público e o privado não se iguala à distinção entre o físico e o mental. Eles pertencem à mesma natureza. Com isso, o Behaviorismo Radical assume uma posição monista, afastando o dualismo mente-corpo do saber científico, uma problemática conceitual com raízes na Filosofia e ainda comumente encontrada em outras abordagens teóricas da Psicologia. As questões metafísicas, como a memória e a cognição, tornam-se desnecessárias dentro do modelo explicativo funcional de Skinner, pois quem se comporta é o organismo e não a mente. Não há, portanto, nessa filosofia, a remoção dos eventos privados e sim a não inclusão de construtos metafísicos. O indivíduo é identificado como uma unidade biológica em interação com o seu ambiente e seus comportamentos, sejam eles públicos ou privados, devem ser analisados conforme a relação com o ambiente com o qual interage (Neno, 2003; Skinner, 1974/1982)

O Behaviorismo Metodológico, por se ater aos eventos externos antecedentes, desviou sua atenção do autoconhecimento e da auto-observação. O Behaviorismo Radical, todavia, não

nega a possibilidade desses eventos, mas questiona a fidedignidade das observações e o papel de tais eventos na determinação da conduta humana (Moreira & Hanna, 2012).

Esse modo de olhar para a ciência fez Skinner referenciar, em seus primeiros textos, Ernst Mach, um positivista que tem suas influências no pensamento darwinista. Sua interpretação sobre a construção do conhecimento era embasada em princípios adaptativos. Ele compreendia o conhecimento como um comportamento selecionado pela sua eficácia em economizar recursos do organismo para dominar seu ambiente. Apesar das referências de Skinner a Mach e a outros pensadores, a sustentação para sua ciência do comportamento não estava na filosofia; inclusive, acreditava que a filosofia tinha muito a usufruir daquilo que uma ciência psicológica produzisse sobre o comportamento humano. Com o desenvolvimento dos construtos teóricos que norteiam sua abordagem, especialmente com a elaboração de uma interpretação funcional para a linguagem, o tema conhecimento vai sendo refinado (Chiesa, 2006; Tourinho, 2003).

Para a Análise do Comportamento, o conhecimento deve ser estudado investigando-se as condições em que ele ocorre e quais variáveis o controlam. Conhecer torna-se, então, um processo de discriminação de estímulos, isto é, comportar-se ou não diante de um estímulo. Seguindo esse caminho, autoconhecimento caracteriza-se pela descrição do próprio comportamento e das possíveis consequências que este apresenta no meio, aumentando, assim, a sensibilidade às contingências. Falar sobre autoconhecimento remete à compreensão acerca dos sentimentos e pensamentos, que para Skinner são tratados como comportamentos. A esses eventos, cujo acesso é feito somente pelo próprio indivíduo, nomeou-se de eventos privados, ou eventos psicológicos. Como, então, ter acesso ao autoconhecimento do outro? (Moreira & Hanna, 2012).

Segundo Tourinho (1993), autoconhecimento é o repertório de observação e descrição do indivíduo acerca do seu próprio comportamento, seja ele público ou privado. A resposta verbal deve ser objeto de estudo para o autoconhecimento, analisando funcionalmente as circunstâncias em que uma determinada resposta ocorre e as consequências reforçadoras promovidas pela comunidade verbal, que nem sempre ocorrem de forma eficaz. O que sintetiza os modos como a análise do comportamento investiga o fenômeno comportamental, seja no âmbito da pesquisa básica ou situações aplicadas, é a análise funcional, buscando descrever as relações funcionais entre o que um indivíduo faz e o que acontece no ambiente como consequência de sua ação.

Baum (1999) e Tourinho (1993) apontam, porém, para a dificuldade de um indivíduo em ter um repertório verbal descritivo efetivo de seus eventos privados, o que atrapalha o uso da análise funcional e de outros recursos da Análise do Comportamento. Eles afirmam que o surgimento da dificuldade não advém da falta de estímulos discriminativos, mas da escassez de uma história de reforçamento para a discriminação entre um relato verbal e outro. Essa restrita história de reforçamento resulta da falta de ações públicas para controlar o comportamento daqueles que poderiam reforçar o relato verbal correto. As ações que controlam os relatos verbais que constituem o autoconhecimento são as mesmas que controlam os relatos verbais de outras pessoas, gerando conhecimento sobre o outro. Em resumo, repertórios verbais autodescritivos são instalados a partir de contingências providas pela comunidade verbal. Em caso de escassez de ações destinadas para esse fim por parte da comunidade verbal, cabe então, ao trabalho clínico oportunizar situações para ampliar o repertório verbal de autoconhecimento.

A psicoterapia pode ser um dos espaços que favorece a análise funcional que, por sua vez, facilitará a identificação das relações de tríplice contingência responsáveis pela aquisição e

manutenção de repertórios comportamentais, atuando com objetivos terapêuticos de avaliação e intervenção, buscando o desenvolvimento do autoconhecimento do cliente (Neno, 2003).

O fato de se existir limites teóricos e questões ainda não conclusivas acerca do autoconhecimento expressa a necessidade ainda recorrente da investigação da temática, especialmente diante do público infantil. É importante verificar se existe diferença entre a compreensão sobre o autoconhecimento em indivíduos adultos e crianças e, em caso positivo, investigar como são analisadas as variáveis que controlam o autoconhecimento das crianças. Para tanto, vale navegar sobre o conhecimento científico produzido acerca da Terapia Analítico Comportamental Infantil diante da temática do autoconhecimento.

### **O desenvolvimento da criança e a TACI**

Sabendo-se que o conhecimento para Análise do Comportamento é considerado tratando-se de investigar em que condições ele ocorre e quais variáveis o controlam, cabe levantar as questões: O que se conhece sobre a infância? Em que condições ela surgiu e quais variáveis a controlam? A fim de melhor esclarecer tais indagações, tornou-se relevante resgatar brevemente a história dessa fase do desenvolvimento para assim poder esclarecer aspectos relacionados à atualidade do universo infantil, como a importância de se permitir e fazer desenvolver o autoconhecimento da criança.

É importante destacar que, para a Análise do Comportamento, o desenvolvimento é algo que transcende a idade. Define-se por ser independente e contínuo; são mudanças progressivas que se mantêm ao longo do tempo, da concepção à morte do indivíduo (Bijou, 1995). Contudo, essa noção progressiva não se relaciona com melhoria ou direção única do desenvolvimento, pois pode haver avanços e retrocessos. É embasado, então, pela relação organismo-ambiente; aquilo

que o organismo faz altera aspectos do ambiente e este, por sua vez, retroage sobre as ações do organismo. Portanto, o desenvolvimento envolve a bidirecionalidade de controle entre organismo e ambiente, que pode acontecer em qualquer fase da vida e com qualquer organismo que se comporte (Vasconcelos, Naves, & Ávila, 2010).

A infância como uma categoria etária deveria ser compreendida somente como uma variável descritiva correlacionada a mudanças específicas, sendo que o emprego dessa categoria deveria envolver, portanto, a sistematização de informações sobre fenômenos que são mais comuns nessa fase que em outras. Embora a Análise do Comportamento apresente uma formulação teórica acerca do desenvolvimento que vai além da infância, a grande ênfase recaiu sobre o estudo da criança. O estudo da Psicologia do Desenvolvimento mistura-se ao estudo da Psicologia da Infância, e ao falar sobre psicologia infantil, remete-se ao surgimento social da infância (Gehm, 2013; Kazdin, 1978).

Um dos principais estudiosos acerca da infância foi o francês Philippe Ariès (1973/1981) que, em sua obra *História Social da Criança e da Família*, desenvolveu uma importante reflexão sobre a sensibilidade coletiva perante a figura da criança. Ele afirma que a ideia que se tem da infância é historicamente construída, pois, durante muito tempo, a criança não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, mas sim como um adulto em miniatura. O autor conta que o interesse dos adultos por seus filhos não era com o propósito de conhecer as individualidades dos mesmos e sim o de perpetuar um legado familiar. O objetivo era que esses pequeninos seres se transformassem em homens adultos que fossem úteis para manter a ordem medieval em pleno funcionamento.

Somente a partir dos séculos XV e XVI que surgiu o primeiro sentimento de infância do mundo moderno, o qual a criança passou a ser vista como diferente do adulto. No século XVII,

surgiu o segundo sentimento moderno de infância: quando a criança começou a representar a inocência. A ideia de inocência infantil fez com que se buscasse preservar as crianças do que era considerado impróprio, como o contato precoce com a sexualidade e a convivência em locais em que se jogava por dinheiro ou onde havia manifestações de violência. Com o passar do tempo, surgiu, então, a necessidade de se implementar regras e leis que dispusessem sobre os direitos e deveres das crianças, a fim de preservá-las socialmente. Ao deixar de ocupar apenas o papel de indivíduo pertencente ao complexo familiar e passar a ser vista como um membro individualizado que necessita de proteção e cuidados especiais, a criança passa a ser alvo também de uma proteção legal, tanto antes quanto após o seu nascimento (Postman, 2002).

Constata-se, então, que somente quando esse período da vida teve destaque na cultura é que houve necessidade de se estudar cientificamente os comportamentos vividos pela criança. Assim, cabe um olhar cuidadoso para as contingências que permeiam o conhecimento científico e as práticas relacionadas a esse estudo. A Terapia Analítico-Comportamental Infantil foi desenvolvida a partir dos conceitos e procedimentos da Análise do Comportamento, na tentativa de atender o público infantil. A TACI foi, então, ampliada a partir da adaptação de procedimentos e técnicas bastante difundidos dentro da Análise Comportamental Clínica voltada para o atendimento de adultos e da criação de novos procedimentos que abarcassem as especificidades do atendimento infantil, gerando maior reflexão por meio da análise funcional sobre os comportamentos apresentados como demandas do pequeno cliente ou de seus pais. Para as autoras Conte e Regra (2000/2010), a TACI distingue-se da modificação do comportamento infantil. Porém, por muito tempo o atendimento comportamental infantil esteve atrelado a esse tipo de intervenção.

Por volta de 1950/1960 a psicoterapia comportamental infantil se firmou como modelo psicoterápico, tendo como influência a abordagem psicoeducacional e a modificação do comportamento. Inicialmente, a atuação direta do terapeuta com a criança era quase que inexistente, uma vez que se afirmava que as queixas infantis eram provenientes do ambiente e os pais eram aqueles que exerciam a maior influência nesse contexto infantil. Assim, o foco do terapeuta estava sob uma resposta ou uma classe de respostas problema, emitida pela criança, buscando-se utilizar um procedimento experimental que pudesse modificá-la. O contato do terapeuta com a criança resumia-se em observações de seus comportamentos relevantes, geralmente fora do contexto clínico, e por meio dessas observações e do relato dos pais, o terapeuta atinha-se a realizar orientações para que os pais modificassem seus comportamentos, o que, por consequência, acarretaria nas alterações desejadas dos comportamentos de seus filhos (Conte & Regra, 2000/2010).

Além do infrequente contato direto com a criança, seus eventos privados raramente eram analisados. Provavelmente, tal imposição derivava-se da compreensão arcaica e incompleta de que o objeto de estudo da Análise do Comportamento deveria ser passível de observação pública, de modo que se pudesse ter um consenso sobre o que se passava com a criança e assim, assegurar que os resultados obtidos fossem atribuídos às estratégias aplicadas, permitindo-se a replicação do trabalho por outros profissionais. Por se incluir apenas os eventos ambientais públicos e imediatamente antecedentes e consequentes à resposta referente, procurava-se que o comportamento-queixa fosse descrito da forma mais clara e específica possível, ou seja, além de identificar os eventos antecedentes e consequentes relacionados, buscavam-se dados sobre frequência, intensidade e sobre situações de não-ocorrência. Com isso, a meta final estabelecida

era diminuir ou eliminar os comportamentos-queixa e aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos desejáveis (Conte & Regra, 2000/2010).

Porém, apesar da limitação constatada, essa foi uma importante prática para a psicologia, e mais tarde para a psicoterapia comportamental infantil, uma vez que eram práticas éticas, sistemáticas e cientificamente sustentáveis (Conte & Regra, 2000/2010).

Com o Behaviorismo Radical, o mundo privado da criança passou a se destacar como importante tanto na composição quanto na alteração de problemas psicológicos, legitimando sua inclusão como objeto de estudo. Em terapia, a observação direta do comportamento infantil tornou-se um instrumento para a análise funcional da relação entre o cliente e o terapeuta e da fala dos clientes durante a sessão terapêutica. Quando o terapeuta auxilia a criança a observar seu ambiente e a se observar, descrevendo o que observa e estabelecendo relação entre o que se passa no seu mundo privado e no seu ambiente externo, está ajudando a desenvolver seu autoconhecimento e a expressá-lo adequadamente. Constata-se, então, que se trata de um processo de aprendizado e não a simples evocação do autoconhecimento. Produzir autoconhecimento é meta fundamental na psicoterapia infantil. Ao conseguir identificar as relações entre seus comportamentos públicos e privados e perceber de quais variáveis eles são função, o cliente passa a conseguir modificar seu próprio comportamento com maior habilidade e a interferir nas contingências relacionadas a ele, conseguindo ampliar seu repertório de forma mais independente (Conte & Regra, 2000/2010; Guilhardi, 2002).

No contexto terapêutico, a criança pode fornecer pistas ao terapeuta sobre o comportamento passado e o atual e as condições que os envolvem, relacionando à probabilidade de ocorrência futura. Com isso, abre-se a possibilidade de se alterar a ideia de que seus comportamentos privados são as causas de seus comportamentos públicos ou de se modificar a



noção errônea de que seus problemas têm causa interna. A criança passa a se mostrar sensível às contingências ambientais não verbais. Quando a criança já é crescida e tem seu repertório verbal desenvolvido e complexo, ela, muitas vezes, é exposta a situações mediadas pela comunidade verbal que, comumente, expressa um uso excessivo de regras ou não permite a análise de contingências. Assim, a criança tende a ter seu conteúdo verbal baseado naquilo que é socialmente desejável e aprovado, não se permitindo criar suas próprias regras (Conte & Regra, 2000/2010).

### **Autoconhecimento na TACI**

Atualmente, diversas demandas comportamentais de crianças e dificuldade de intervenção coerente de seus pais têm levado à busca por um profissional capacitado e especializado na área de psicologia. O investimento no tratamento psicoterápico durante a infância tem o intuito de possibilitar a melhora da convivência no lar e em outros espaços sociais frequentados pela criança. Em longo prazo, contudo, existe um fator tão importante quanto sanar demandas imediatas: evitar a repercussão de problemas comportamentais e emocionais da infância nas etapas futuras de desenvolvimento (Del Prette, 2006).

Buscando-se a prevenção ou o tratamento para demandas emergenciais, a Terapia Analítico-Comportamental Infantil se faz presente como uma terapia em condições de eficiência e eficácia na intervenção clínica. E por tratar de crianças, o uso de recursos terapêuticos torna-se uma importante ferramenta para propiciar a análise da ocasião, do comportamento-queixa identificado e das consequências derivadas dessa ação, isto é, a elaboração de uma análise funcional das demandas (Del Prette, 2006).

Existem diversos repertórios que devem ser desenvolvidos na criança. Uma das formas de propiciar o autoconhecimento na TACI é investigando os sentimentos. Segundo Guilhardi (2002), muitos acreditam que os sentimentos são fenômenos mentais, armazenados em algum lugar da mente e, quando evocados, são expressos publicamente na forma de choro, gestos de agressividade ou sorrisos, por exemplo. Como já discutido anteriormente nesse texto, a Análise do Comportamento não compreende os sentimentos, emoções ou pensamentos como condições mentalistas. Para seus estudiosos, os sentimentos incluem manifestações do funcionamento interno do corpo, as chamadas respostas respondentes ou autonômicas, como por exemplo, respostas de batimentos cardíacos acelerados, sudorese, dentre outros. E, além disso, incluem manifestações operantes ou voluntárias, tais como: falar, gritar, bater, aplaudir, abraçar, escrever e correr. É a comunidade verbal na qual a criança está inserida a responsável por ensinar as palavras para se referir a esses estados ou manifestações corporais, e tais palavras recebem os nomes de sentimentos: alegria, raiva, ansiedade, medo.

Para a Análise do Comportamento, há outro elemento de suma importância para a compreensão dos sentimentos: conhecer o contexto em que a pessoa se comporta para então, e só então, ser possível nomear o sentimento. Assim sendo, retira-se dos sentimentos a função causal que lhes era atribuída pelo senso comum ou por abordagens internalistas (Guilhardi, 2002).

Portanto, segundo Del Prette (2006) e Guilhardi (2002), ao se falar sobre o comportamento humano, observa-se que ocorrem eventos antecedentes e estes produzem, ao mesmo tempo, comportamentos e sentimentos. As pessoas não nascem com os sentimentos. Existe uma predisposição, um potencial para desenvolvê-los ao longo de sua história de vida, em função do contato do indivíduo com seu ambiente social. O primeiro passo para desenvolver o repertório de nomeação de sentimentos na criança é apresentando-a seu universo dos órgãos dos

sentidos, isto é, fazer a criança perceber as diferenças entre texturas, temperaturas, cheiros e sabores. Gradativamente, a pessoa passa a usar metaforicamente as palavras aprendidas a partir de objetos e de sensações concretas com cada órgão dos sentidos para se referir a outras experiências, o chamado tato metafórico (Hubner, Borloti, Almeida & Cruvinel, 2012).

Conclui-se, então, que o contato com uma comunidade que apresenta um repertório verbal enriquecido favorece o desenvolvimento da percepção e da nomeação de sentimentos e, portanto, o autoconhecimento. No trato com a criança é conveniente que essa comunicação venha da relação estabelecida com os recursos lúdicos disponíveis ao seu universo infantil, sendo a TACI aquela que se apresenta como facilitadora dessa descoberta sobre si. Na psicoterapia, há possibilidade de promover autoconhecimento, tornando o cliente, a criança, mais apta a modificar seu próprio comportamento e interferir nas contingências a ele relacionadas. Ao se autoconhecer, a criança poderá verificar quais comportamentos, se mantidos ou alterados, geram consequências reforçadoras, facilitando ou dificultando, seja a curto ou a longo prazo, suas relações sociais (Vasconcelos, 2006).

Constata-se, então, que independentemente da idade cronológica do indivíduo, para a Análise do Comportamento o autoconhecimento é analisado da mesma forma: investigando-se as condições em que ele ocorre e quais variáveis o controlam. Contudo, as formas de se investigar tais variáveis baseiam-se em ferramentas próprias para cada fase do desenvolvimento. Para a criança, é preciso entrar em seu universo infantil por meio dos recursos lúdicos disponíveis nela.

## **A análise funcional como facilitadora do autoconhecimento na TACI**

Antes de se descrever os recursos lúdicos utilizados no contexto da TACI, vale destacar o uso da Análise Funcional como um recurso de grande importância para o desenvolvimento do autoconhecimento. Segundo Skinner (1974/1982), a análise funcional pode ser considerada como parte da intervenção clínica, uma vez que no processo terapêutico ensina-se o cliente a identificar e a modificar elementos das contingências comportamentais, o que promove o desenvolvimento de autoconhecimento. Para Goldiamond (1974/2002), desenvolver autoconhecimento enquanto objetivo comportamental na terapia requer o emprego de questões que possibilitem o cliente a descrição de contingências e o estabelecimento de relações funcionais de seu próprio repertório comportamental. Para isso, o autor propõe um modelo construcional de avaliação e de intervenção, cujo objetivo deve ser enfatizar a construção de repertórios em detrimento da eliminação de sintomas ou comportamento-queixa. Ambos estudiosos buscam caminhos que facilitem, na prática clínica, a compreensão do autoconhecimento como promotor de repertórios funcionais e que substituam, de forma mais adaptativa e socialmente habilidosa, os comportamentos identificados como queixa na avaliação comportamental.

De acordo com Guilhaardi (2002) e Santarém (2000), as interações organismo-ambiente ocorrem dentro de um conjunto relacional chamado de contingências de reforçamento. A contingência mais simples inclui pelo menos três componentes que se influenciam reciprocamente: antecedente, resposta do indivíduo diante do antecedente e suas consequências. Esse entendimento das relações funcionais entre comportamento e ambiente consiste na base da análise funcional do comportamento. A análise funcional realizada na avaliação comportamental do cliente objetiva desenvolver hipóteses sobre o efeito de variáveis ambientais na modelagem e na manutenção de supostos comportamentos-queixa e, dessa forma, identificar a função desses

comportamentos. Mas também pode ser utilizada para além de recurso avaliativo, como promotor de reflexões nas intervenções que buscam ampliar o repertório comportamental do cliente durante todo o processo psicoterápico.

Silvares (2004), ao abordar a análise funcional na TACI, enfatiza que a forma de conduzir esta análise muda de acordo com a idade do cliente, mas os objetivos de buscar as relações funcionais não sofrem modificações. Analisar pontualmente os comportamentos levados à TACI como demandas recorrentes de uma criança, por meio da análise funcional, sendo feita junto à criança e/ou aos seus cuidadores, permite uma melhor compreensão de suas relações, sentimentos e comportamentos envolvidos. Essa prática, realizada de forma consistente e coerente na vida da criança permite, gradativamente, o aprendizado do autoconhecimento. Isso possibilitará soluções mais práticas e saudáveis no lidar com as adversidades (Guilhardi, 2002).

Sabendo-se, então, que os comportamentos, incluindo os sentimentos, são produzidos pelas contingências de reforçamento, os cuidadores imediatos das crianças, comumente os pais, podem criar ocasião para a emissão de determinados comportamentos e sentimentos. Podem estabelecer contingências que gerem comportamentos e sentimentos desagradáveis por parte das crianças, como por exemplo, pais punitivos, que estabelecem muitas contingências coercitivas, produzem comportamentos de mentir e sentimentos de ansiedade e culpa na criança; ou pode-se estabelecer contingências que gerem comportamentos adequados e sentimentos agradáveis, como por exemplo, pais acolhedores que estabelecem contingências reforçadoras, produzem comportamentos de diálogo e sentimentos de bem-estar e satisfação em seus filhos (Guilhardi, 2002). Percebe-se, então, que os pais têm possibilidades, se devidamente orientados, de relacionar-se com seus filhos de modo a produzir neles sentimentos harmônicos e equilibrados, seguindo a proposta de uma análise funcional segundo Skinner (1974/1982) e de um modelo

construcional segundo Goldiamond (1974/2002) e facilitando, portanto, a produção de autoconhecimento.

Percebe-se, desse modo, que falar sobre TACI não é falar apenas da criança de forma isolada. É preciso analisar os contextos de interação da qual a criança participa. A instância familiar destaca-se como um importante cenário de análise e intervenção, uma vez que é identificado como o ambiente onde a criança passa maior tempo de sua interação social, seguido pelo ambiente escolar. Por essa interação frequente e pela representação que os estilos parentais configuram, a literatura aponta que a dinâmica comportamental dos pais interfere como mantenedor dos comportamentos dos filhos. Por conseguinte, as mudanças em seus comportamentos refletirão em mudanças no comportamento de suas crianças. O comportamento dos pais atua, então, como mantenedor de comportamentos e também como modificador desses mesmos comportamentos. Mostra-se, assim, a importância do atendimento psicológico aos pais para a construção ou reconstrução consistente da relação pai-filho. Para isso, existem diversos procedimentos que podem ser utilizados em terapia, como: orientações, conselhos, normas de conduta ou estabelecimento de comportamentos específicos. Nesse sentido, se identifica a importância de favorecer também o autoconhecimento dos pais (Rocha & Brandão, 1997). Conforme apontado por Guilhardi (2002), há necessidade de conhecer o contexto de interação no qual a criança se comporta para só então ser possível nomear os sentimentos que se possam apresentar.

Rocha e Brandão (1997) descrevem que além das metodologias citadas como facilitadoras para o desenvolvimento do repertório de autoconhecimento dos pais, cabe envolver, por meio de discussões e análises funcionais, uma discriminação de estímulos gerados pelo próprio indivíduo, seja pai, mãe ou cuidador responsável. Ao proporcionar aos pais a

discriminação de contingências que atuam sobre seus comportamentos enquanto pais e a análise da interferência de parte dessas contingências nos comportamentos dos filhos, se possibilitaria maior previsão e controle de seus comportamentos como pais. Dessa forma, criar ocasião para o autoconhecimento é o ponto inicial, segundo a Análise do Comportamento, para se desenvolver uma análise funcional adequada e assim, criar condições para alterar as variáveis das quais o comportamento é função. Ao modificarem seu repertório comportamental, facilitarão a ocorrência de comportamentos adequados dos filhos a fim de facilitar a convivência social.

Assim sendo, Rocha e Brandão (1997) propõem um programa para pais brasileiros que não consiste somente em dar orientações, conselhos ou estabelecimento de comportamentos específicos. A proposta é uma intervenção, por meio de discussões em grupo, que proporciona aos pais um entendimento verdadeiro de seus comportamentos e das contingências atuais que os determinam e os mantém no relacionamento com os filhos.

O programa foi estabelecido em quatro etapas. A primeira caracteriza-se por uma conversa na qual os pais falam sobre seus filhos e os comportamentos com os quais demonstram dificuldade em lidar. No segundo momento, o objetivo é fazer com que os pais reconheçam a influência que exercem no comportamento dos filhos, falando mais sobre si mesmos e menos sobre as interações com os filhos. O terceiro momento é solicitado aos pais que falem sobre si mesmos, ou seja, que relatem comportamentos públicos e privados e suas influências nos comportamentos dos filhos. Por fim, o último momento é destinado para que os pais aprendam a estabelecer novas contingências, realizando análises funcionais dos próprios comportamentos e dos comportamentos dos filhos, diferenciando os comportamentos que promovem repertório facilitador das relações de convivência e os que promovem comportamentos impróprios nas crianças. Esse tipo de intervenção pode contribuir para o desenvolvimento do autoconhecimento

nos pais sobre as contingências que mantêm seus comportamentos, favorecendo, assim, mudanças satisfatórias e contribuindo, conseqüentemente para mudanças comportamentais nos comportamentos dos filhos tidos como dificultadores da dinâmica relacional (Rocha & Brandão, 1997).

A análise funcional mostra-se, portanto, essencial para que as funções das variáveis que controlam os comportamentos-queixa sejam identificadas e assim, novos padrões comportamentais sejam planejados e instalados. A compreensão facilitada dessas etapas que se configuram como análise funcional mostra-se como um grande recurso facilitador para o autoconhecimento. Já vista a importância da contribuição dos pais na terapia de seus filhos, cabe destacar alguns procedimentos para que o psicólogo comportamental infantil atue em consultório com a criança buscando ampliar seu repertório de habilidades para reconhecer no outro seus comportamentos e sentimentos, por meio de relatos verbais e gestos, e em especial, reconhecer em si mesmo suas ações e seus sentimentos. A análise funcional pode ser utilizada com a criança, direta ou indiretamente, durante toda a apresentação de recursos terapêuticos que se aproximem de sua linguagem e compreensão infantil.

### **Recursos terapêuticos que permitem o autoconhecimento**

Segundo Del Prette (2006), no que se refere ao âmbito infantil, o brincar é a atividade mais comum da criança e é crucial para o seu desenvolvimento, sendo ainda uma forma de comunicação. Ele fortalece as habilidades de raciocínio e as habilidades sociais das crianças, além de contribuir para a transmissão de valores e o desenvolvimento da autonomia. Por meio da atividade de faz-de-conta, por exemplo, as crianças conseguem expressar seus desejos, sentimentos e valores, ainda difíceis de serem expressos, com exclusividade, por meio do relato



verbal, devido às limitações próprias do seu desenvolvimento. O uso de recursos lúdicos, tais como as brincadeiras dirigidas, elaboração de histórias, desenhos e fantoches, permite, então, que a criança descreva seus comportamentos, incluindo seus sentimentos.

Dessa forma, o brincar mostra-se como um importante procedimento para promoção de uma relação terapeuta-criança altamente reforçadora, além de servir para observação, avaliação e intervenção sobre comportamentos clinicamente relevantes do cliente. Além de ser uma atividade que facilita o engajamento da criança no processo terapêutico, é possível também ensinar à criança comportamentos alternativos por meio de procedimentos característicos da Análise do Comportamento como, por exemplo, a modelagem, a modelação e o reforçamento diferencial. Brincar envolve estímulos discriminativos, modelos, instruções e consequências, sendo que a partir de seu repertório inicial, a criança pode aperfeiçoar seus comportamentos e aprender novos (Del Prette & Meyer, 2011).

O brincar entra como um facilitador que possibilita à criança interagir consigo mesma e com os outros, favorecendo assim, o autoconhecimento. O brinquedo, então, funciona, na terapia, como um instrumento que possibilita à criança analisar o seu próprio comportamento, sendo conhecedora das contingências que o determinam, o que tende a facilitar a alteração de sua relação com o ambiente. Como já discutido anteriormente, a utilização de recursos terapêuticos e lúdicos, entendidos como jogos, brinquedos, desenhos e livros de histórias, dentre outros, contanto que se tenha algum objetivo específico na TACI, é algo que pode ser considerado relativamente novo. A relação da criança com o brinquedo na psicoterapia passou por uma evolução desde a época em que se trabalhava apenas com a modificação do comportamento infantil até a TACI. Qualquer atividade pode ser considerada lúdica, uma vez que qualquer objeto pode ser utilizado como brinquedo pela criança. Uma classe de estímulos pode ser

denominada brinquedo, desde que na presença desses estímulos a criança emita uma única resposta: brincar (Gadelha & Menezes, 2004).

Busca-se utilizar tais recursos terapêuticos por serem bastante reforçadores para as crianças e por fornecerem a elas um ambiente planejado no qual é possível a aprendizagem de habilidades. Além disso, permite que as crianças informem sobre seus sentimentos e descrevam comportamentos e eventos importantes, tornando-se conhecedoras de si e favorecendo, conseqüentemente, o aprendizado de respostas alternativas aos seus comportamentos disfuncionais ou indesejáveis (Gadelha & Menezes, 2004).

Abaixo serão descritos alguns recursos lúdicos geradores de aprendizado para a descoberta acerca do autoconhecimento por parte da criança, enfatizando seu objetivo terapêutico e a proposta de intervenção na terapia.

#### *Cartões com a fisionomia e nomeação de diversos sentimentos*

Proposta terapêutica: Dialogar com a criança utilizando-se das cartas como recurso visual facilitador da identificação dos sentimentos.

Objetivo: Criança conseguir nomear e discriminar seus sentimentos articulando-os dentro de um contexto. É possível conversar sobre os acontecimentos da semana e conhecer o que se passa com a criança em sua história de vida.

#### Recursos que podem ser utilizados:

**Baralho das Emoções:** Instrumento facilitador de acesso às emoções das crianças na clínica psicológica. Ele possui 21 cartas com características gráficas para meninos e também 21 cartas com características gráficas para meninas. Cada uma das cartas descreve, em desenho, uma emoção específica.

**Sou não sou:** Material lúdico para uso terapêutico com crianças acima de 8 anos, que também pode ser usado na terapia de adultos, casais e famílias. Composto por 260 cartões com características pessoais em geral, 30 folhas de resposta e folha de regras.

*Dramatização ou brincadeira de faz de conta utilizando-se bonecos ou fantoches*

Proposta terapêutica: Deixar a brincadeira com um tema livre ou propor um tema específico relevante para a demanda do caso clínico da criança.

Objetivo: Permitir que a criança exponha os comportamentos vivenciados por ela em seus espaços de convivência, facilitando o conhecimento acerca de suas ações em diferentes contextos e com diferentes pessoas.

*Desenho livre ou com tema específico*

Proposta terapêutica: Após ou durante o desenho solicitar que a criança conte a história do que foi desenhado.

Objetivo: Auxiliar a criança a identificar conceitos e possíveis regras que governam seu comportamento, por meio da análise do seu relato verbal.

*Livros Infantis*

Proposta terapêutica: Ler o livro com a criança e analisar funcionalmente alguma cena em destaque transpondo para alguma situação da vivência da criança.

Objetivo: Gerar reflexão com a criança acerca dos comportamentos dos personagens e promover comparação com a sua história de vida.

**“Como um Trapalhão Virou Sabidão”** - O personagem principal é um coelho que realiza várias descobertas sobre si mesmo e discute questões sobre autoconhecimento.

**Coleções de livros sobre sentimentos – “Coleção Sentimentos”, “Coleção Cuide de Você”, “Coleção Valores e Educação”.**

### *Filmes/Desenhos*

Proposta terapêutica: Sugerir um filme para que a criança assista com a família em casa ou passar uma cena do filme durante a própria sessão terapêutica da criança. Pode-se elaborar um questionário prévio, com a temática que se quer discutir, para ser respondido pela criança verbalmente ou escrevendo. O terapeuta também pode pedir para que a criança desenhe sua cena favorita e ele próprio desenhar a cena que mais gostou para que juntos, terapeuta e criança, possam conversar sobre os temas relevantes do filme, lembrando de falas e cenas importantes.

Objetivo: Desenvolver um repertório de análise de comportamentos do outro, comparando com comportamentos emitidos por ela própria em sua história de vida.

**Irmão Urso** – O personagem principal Kenai, um menino na pele de um urso, é exposto à dificuldade de reconhecer-se como urso, aceitar-se como um animal que antes desprezava, iniciando, então, o aprendizado de novos comportamentos como alimentar-se e interagir com outros ursos. No entanto, sob as contingências atuais, ele ainda procura interagir com o meio, ao comer ou comunicar-se, como se fosse um humano. Esse primeiro momento mostra a importância de conhecer a si mesmo no corpo de um urso.

**Divertidamente** - Conta a história dos diversos sentimentos, Alegria, Tristeza, Raiva, “Nojinho” e Medo que controlam a vida da personagem criança, Ryle. As cinco emoções se revezam no controle da mente da garota de acordo com as situações em que ela vive. Assim, o

filme provoca uma reflexão sobre o papel de cada emoção, sendo importante conhecê-las, saber descrevê-las para possibilitar consequências mais agradáveis.

Os recursos lúdicos se apresentam, portanto, como importantes instrumentos que permitem colher informações para a linha de base, auxiliam na formulação de hipóteses clínicas, ajudam na formulação do vínculo terapêutico e colaboram para as demandas advindas dos pais, das escolas e da própria criança. Toda essa interação contribui para a capacidade de autoconhecimento desenvolvida pela criança em ambiente terapêutico, que gradativamente deverá ser generalizada para seus outros espaços de convívio social, proporcionando melhores relações e maiores habilidades em lidar com contingências adversas (Gadelha & Menezes, 2004).

### **Considerações finais**

A busca por autoconhecimento em um processo psicoterápico permite a inserção gradual em situações mais reforçadoras, uma vez que, ao conhecer melhor seus comportamentos, isto é, aquilo que faz, pensa e sente, bem como as contingências que controlam essas respostas, supostamente, maior será sua capacidade de lidar com eventos adversos, podendo simplesmente mantê-los ou alterá-los em busca de reforçadores mais potentes.

A criança que vive as experiências cabíveis à sua condição filogenética, ontogenética e cultural, é um ser passível de aprendizado sobre si mesma, cultivando os mesmos benefícios de busca por reforçadores que possibilitem uma dinâmica mais saudável e rica com o seu meio. A escassez de estudos que identifiquem essa importância mostra-se como um sinal de que nem sempre o público infantil recebe a oportunidade de ser ouvido quanto ao seu sentimento e descrição de comportamentos sobre si. Além dos estudos voltados para técnicas e instruções que facilitem o seguimento de regras para o desenvolvimento de comportamentos adequados na

criança, há necessidade de se preocupar com a possível carência gerada à sensibilidade às contingências (Weber, 2005; Gomide, 2004).

O intuito do presente estudo foi tornar os profissionais da psicologia e os cuidadores diretos das crianças, sensíveis à importância de se realizar intervenções que considerem os pensamentos e sentimentos das crianças, sendo uma das formas a terapia analítico comportamental como promotora do autoconhecimento. A capacidade de auto-observação contínua, permitindo o autoconhecimento, torna-se um trabalho preventivo para que a criança possa se desenvolver como um adulto que consegue estabelecer relações confiáveis e comprometidas, ampliar e flexibilizar seus repertórios comportamentais e demonstrar maior tolerância emocional.

### **Referências Bibliográficas**

- Ariès, P. (1973/1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, trad.). Rio de Janeiro: LCT.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura* (M. T. A. Silva, trans.). Porto Alegre: Artmed.
- Bijou, S. W. (1995) *Behavior Analysis of Child Development*. Reno: Context.
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: A filosofia e a ciência* (C. E. Cameschi, trad.). Brasília: IBAC.
- Conte, F. C. & Regra, J. A. (2000) A psicoterapia comportamental infantil: Novos aspectos. Em E. Silves. *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil*, Vol. I, (pp.79-134). Campinas: Papyrus.

- Conte, F. C. & Regra, J. A. (2010) A psicoterapia comportamental infantil: Novos aspectos. Em E. F. M. Silvaes (Org.), *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil – Volume I*. Campinas: Papyrus.
- Del Prette, G. (2006). *Terapia Analítico-Comportamental Infantil: relações entre o brincar e comportamentos da terapeuta e da criança*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Del Prette, G. & Meyer, S. B. (2011). O brincar como ferramenta de avaliação e intervenção na clínica analítico-comportamental infantil. Em N. B. Borges & F. A. Cassas (Orgs.), *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos*, (pp. 239-250). São Paulo: Artmed.
- Gadelha, Y., & Menezes, I. (2004). Estratégias lúdicas na relação terapêutica com crianças na terapia comportamental. *Universitas: Ciências da Saúde*, 2(1), 1-151.
- Gehm, T. P. (2013) *Reflexões sobre o estudo do desenvolvimento na perspectiva da análise do comportamento*. (Tese de doutorado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Goldiamond, I. (1974/2002). Toward a constructional approach to social problems: Ethical and constitutional issues raised by applied behavioral analysis. *Behavior and Social Issues*, 11, 108-197.
- Gomide, P. I.C. (2004) *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guilhardi, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, & S. M. B. Mezzaroba (Orgs.), *Comportamento humano: tudo ou quase tudo que você queria saber para viver melhor* (pp.63-98). Santo André: Editora Esetec.

- Hübner, M. M. C., Borloti, E., Almeida, P., & Cruvinel, A. C. (2012). Linguagem. Em M. M. C. Hübner & M. B. Moreira (Coords.), *Temas Clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento* (pp. 100-115). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Kazdin, C. M. (1978). *History of behavior modification: Experimental foundations of contemporary research*. Baltimore: University Park Press.
- Marçal, J. V. S. (2004). O autoconhecimento no behaviorismo radical de Skinner, na filosofia de Gilbert Ryle e suas diferenças com a filosofia tradicional apoiada no senso comum. *Universitas: Ciências da Saúde*, 2(1), 1-151.
- Moreira, M. B. & E. S. Hanna (2012). Bases filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. Em M. M. C. Hübner & M. B. Moreira (Coords.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 1-19). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Neno, S. (2003). Análise funcional: Definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 151-165.
- Postman, N. O. (2002). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial.
- Rocha, M. M., & Brandão, M. Z. da S. (1997). A importância do autoconhecimento dos pais na análise e modificação de suas interações com os filhos. Em M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição* Vol. 2, (137-146). São Paulo: ARBytes Editora.
- Santarem, E.M.M. (2000). Análise funcional do comportamento. Em F. F. Sisto, E.T.B. Sbardelini & R. Primi. *Contextos e questões da avaliação psicológica*, (pp. 203-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.



- Silvares, E. F. M. (2004). Avaliação e intervenção clínica comportamental infantil. Em E. F. M. Silvares (Org.). *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil*, Vol.I, (pp. 13-29). Campinas: Papirus.
- Skinner, B. F. (1974/1982). *Sobre o Behaviorismo*. (M. P. Villalobos, trad.). São Paulo, SP: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1953/1998). *Ciência e Comportamento Humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, trads.). São Paulo: Martins Fontes.
- Tourinho, E. Z. (1993). *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B.F. Skinner*. Belém: Editora Universitária UFPA.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e profissão*, 23(2), 30-41.
- Vasconcelos, L. A. (2006). *Brincando com histórias infantis. Uma contribuição da Análise do Comportamento para o desenvolvimento de crianças e jovens*. Santo André: ESETEC.
- Vasconcelos, L. A., Naves, A, R. C. X., & Ávila, R. R. (2010). Abordagem Analítico-comportamental do Desenvolvimento. Em E. Z. Tourinho & S. V. de Luna (Orgs). *Análise do comportamento: Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas* (pp. 125-151). São Paulo: Roca.
- Watson, J. B. (1913) A Psicologia como o behaviorista a vê. Artigo originalmente publicado no *Psychological Review*, 20, 158-177.
- Weber, L. N. D. (2005). *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. Juruá: Curitiba, PR.